

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO DA GRANDE DOURADOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COOPERATIVE AND LOCAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS FOR BIG DOURADOS REGION IN THE STATE OF MATO GROSSO DO SUL

Ana Paula Dalmagro DELAI
Madalena Maria SCHLINDWEIN
Caio Luis CHIARIELLO
Luciana Ferreira da SILVA

RESUMO: Esta pesquisa buscou analisar os Índices de Desenvolvimento Humano da região da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, e comparar os resultados dos municípios que possuem cooperativas com os que não possuem. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa exploratória e descritiva a partir de dados secundários obtidos em fontes como o IBGE, Censo Demográfico, e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Os resultados apontam que na região estudada, os municípios com sede de Cooperativas, principalmente no setor agropecuário, como Dourados, Glória de Dourados, Douradina e Rio Brilhante, apresentaram índices de Renda e Longevidade maiores em comparação aos municípios sem cooperativas.

PALAVRAS-CHAVES: desenvolvimento, IDHM, cooperativismo.

INTRODUÇÃO

Direcionado por princípios que se diferenciam das tradicionais sociedades empresariais, o cooperativismo vem desde seus primórdios se destacando entre as organizações. De acordo com Chiariello (2006) e Brasil (2008), em 1844 surge, em meio à retração de atividades associativas, uma cooperativa diferenciada dos sistemas capitalistas. Formada por trabalhadores da cidade de Rochdale na Inglaterra, a cooperativa já destacava em seu estatuto os valores diferenciados com os quais seria criada, dando ênfase à qualidade de vida, com a criação de armazém, habitação para os trabalhadores e atividades de produção que utilizassem a mão de obra dos sócios desempregados.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2015), no Brasil as cooperativas, em 2009, foram responsáveis por 37,2% do PIB agrícola e por 5,4% do PIB nacional, garantindo cerca de US\$ 3,6 bilhões em exportações. Em 2012, o cooperativismo, atingiu o valor de US\$ 6 bilhões em exportações com 98% desse total oriundos do ramo agropecuário (OCB, 2013).

Presentes em treze setores da economia, as cooperativas no Brasil somaram um total de 6.603 organizações em 2012 e os setores com mais cooperativas foram o Agropecuário com 1.561, o Transporte com 1.095 e o Crédito com 848, que se concentram em maior parte nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do país, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB/MS) (2012).

No estado de Mato Grosso do Sul estão instaladas cerca de 104 organizações cooperativas, e destas 47 são do setor agropecuário e 14 são do setor da saúde, segundo dados do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no estado de Mato Grosso do Sul (2012). As cooperativas no estado empregam em média 5 mil pessoas que atendem os mais de 170 mil cooperados, representando 9% do PIB estadual.

A região da Grande Dourados é composta por 12 municípios, distintos em número populacional e atividades produtivas, segundo dados do Censo 2010, variando entre produção familiar, produção de leite, grãos e indústrias (IBGE, 2010).

Ao longo dos últimos anos o cooperativismo vem sendo debatido com frequência, da mesma forma que as atenções começam a se voltar mais para as questões de desenvolvimento local, objetivando unir esforços para se obter maior qualidade de vida das pessoas inseridas nesse meio (MORAIS, 2014).

Neste contexto, estudos relacionados ao cooperativismo e a geração de renda tem alcançado destaque e importância no meio acadêmico e neste sentido se buscará responder, com esta pesquisa, a seguinte pergunta diretriz: *O cooperativismo contribui para o desenvolvimento local – IDH-M dos municípios da Região da Grande Dourados no estado de Mato Grosso do Sul?*

Característico por sua produção de grãos o estado encontra-se como quarto maior produtor brasileiro de soja segundo dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento-SEAB (2013) com produção média de 4.6 milhões de toneladas em 2012, concentrando 47 cooperativas do setor agropecuário, sendo que destas, 8 estão na região da Grande Dourados.

É importante analisar como as cooperativas atuam no estado e avaliar os índices de desenvolvimento para que se possa investir em maiores pesquisas e orientar a construção de políticas públicas a fim de potencializar os resultados já obtidos. Neste sentido, o objetivo deste estudo é identificar os índices de desenvolvimento local dos municípios da região da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, e verificar se há melhoria destes índices nos municípios que possuem cooperativas.

O artigo está estruturado em quatro seções, incluindo esta breve introdução, a segunda apresenta a revisão bibliográfica com destaque para temas como cooperativismo, desenvolvimento local e índices de desenvolvimento. A caracterização da área estudada é apresentada na metodologia, e na seção subsequente apresentam-se os resultados e a discussão. Por fim, destacam-se as considerações finais e as referências que embasaram este estudo.

1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão teórica segue apresentando conceitos de cooperativismo e desenvolvimento econômico. Destaca-se ainda uma revisão de literatura englobando cooperativismo, desenvolvimento local e regional.

A atividade cooperativista é definida por Cruzio (2005) e Gawlak (2013) como sendo a associação de pessoas com habilidades distintas que se unem para produzir, comercializar ou prestar serviços.

Quando pequenos produtores de uma mesma atividade produtiva percebem que suas atividades, isoladamente apresentam custos elevados, eles passam a buscar alternativas para inserirem seus produtos no mercado e diminuir as dificuldades de distribuição (BINOTTO; AKAHOSHI, 2013).

O cooperativismo é baseado em cinco conceitos, que o diferenciam das demais organizações empresariais, definidos por Benato (1995) como sendo: Humanismo, dando ênfase a moral; Liberdade, para o sócio exercer seus direitos; Igualdade, dando poder igualitário a todos os sócios; Solidariedade, onde a ajuda entre os sócios é mútua; e Racionalidade, promovendo uma sociedade mais instruída.

Para consolidar o ato cooperativista no Brasil, foi constituída a lei nº 5.764/71 que regulariza a atividade cooperativa, onde se define que cooperativas são sociedades que, reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, sem objetivo de lucro (CHIARIELLO, 2006, BRASIL, 2006).

Para Morais (2014) cooperar pode ser uma essência natural do ser humano e através da cooperação as pessoas se integram e interagem para suprir suas necessidades. Para Souza (2009) e Souza e Braga (2007) apontam que entre as décadas de 80 e 90 o Brasil passou por transformações tanto políticas, com as intervenções do Estado, como econômicas e que a partir destas, as cooperativas foram forçadas a se adaptarem para se manterem ativas no mercado.

Atuando em diferentes atividades econômicas, os quais, segundo a OCB (2010) e Gawlak (2013) são: agropecuário, consumo, saúde, crédito, educação, habitação, mineração, produção, transporte, turismo e lazer, especial, infraestrutura e trabalho, com maior destaque para o agropecuário, que apresenta maior número de organizações cadastradas na OCB.

As cooperativas agropecuárias surgiram no Brasil por volta de 1892, no estado do Rio Grande do Sul. Envolviam inicialmente as etapas de compra de insumos, beneficiamento dos produtos agrícolas e pecuários, armazenamento e escoamento de toda a produção buscando amenizar as dificuldades da cadeia e fortalecer o setor (BRASIL, 2006).

Segundo Morais (2014) os ramos de atividades em que o cooperativismo atua em maior proporção, atendem parcelas significativas na economia brasileira os quais por sua vez, são capazes de desenvolver melhorias na economia social. Neste contexto, sete princípios universais norteiam o cooperativismo os quais são definidos por BRASIL (2006), Gawlak (2013) e Morais (2014) como sendo: o primeiro princípio, a adesão voluntária e livre; o segundo uma Gestão democrática e livre; o terceiro a participação econômica dos sócios; o quarto a autonomia e independência; o quinto a educação, formação e informações; o sexto a intercooperação; e, por último, o princípio de interesse pela comunidade.

Segundo Souza e Braga (2007), as cooperativas desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e social dos pequenos produtores associados. Para Binotto e Akahoshi (2013), decorrente da globalização, os retornos econômicos se originam de mercados de agregação de valor, além de que, em algumas regiões ou municípios, esta seria a única forma dos produtos vindos dos pequenos produtores serem inseridos no mercado de forma competitiva.

As cooperativas contribuem com o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridas, quando investem em programas sociais, como cursos de capacitação para cooperados e em alguns casos, cursos abertos para a sociedade, e com o crescimento, quando agregam valor à produção do pequeno produtor. Mas também são capazes de promover aos indivíduos a capacidade de enfrentar as mudanças (MILAGRES; AMODEO; SOUZA, 2011).

A cooperação, de acordo com Binotto e Akahoshi (2013), constitui um tipo de comportamento ligado muitas vezes à necessidade de sobrevivência presente nas sociedades humanas desde as eras mais remotas. A necessidade de sobrevivência agrupa as pessoas que trocam ideias e, com um esforço contínuo de suas ações, atingem seus propósitos e objetivos mais facilmente (BINOTTO, 2005).

Sen (2000) afirma que é preciso fortalecer as capacidades dos indivíduos, promover o acesso à educação, saúde e alimentação e garantir que cada pessoa exerça o estilo de vida que prioriza para que se possa obter desenvolvimento. Neste contexto, Milagres, Amodeo e Souza (2011) ressaltam a necessidade da interação entre a sociedade na busca pelo objetivo do coletivo, respeitando os princípios definidos para o cooperativismo.

Para que se obtenha o desenvolvimento, Buarque (1999) aponta que deve haver o envolvimento entre economia e capacidades humanas. As pessoas colaboram entre si, nas suas especificidades, a fim de garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida das pessoas e promovendo assim o desenvolvimento local.

Os termos crescimento e desenvolvimento econômico são diferenciados por diversos autores como, por exemplo, Schumpeter (1985) e Furtado (1986) que afirmam

que o crescimento econômico refere-se aos resultados financeiros. Já o desenvolvimento econômico supõe melhorias na qualidade de vida da população, como acesso a educação, saúde e longevidade. Porém, se estas mudanças não acontecerem em conjunto com o crescimento e apenas a economia apresentar dados atualizados positivos, então, não há desenvolvimento econômico.

Além de garantir seus resultados econômicos, para se tornar forte a cooperativa precisa priorizar a participação dos associados. E, também estabelecer um equilíbrio entre a gestão empresarial e gestão social por meio de investimentos em projetos sociais ou ações em políticas públicas (MILAGRES; AMODEO; SOUZA, 2011).

De acordo com Moraes (2014) a discussão que envolve o desenvolvimento local implica em entender a necessidade de aproveitar as potencialidades de cada ator da sociedade local a fim de promover uma melhoria na qualidade de vida de todos. Para Buarque (1999) o desenvolvimento local sustentado é uma nova forma de promover o desenvolvimento. É preciso dar ênfase às qualidades locais, assegurando melhorias na qualidade de vida, na economia e na conservação do meio ambiente, suprimindo as necessidades imediatas da população.

Incentivar as principais habilidades produtivas de cada região, segundo autores como Buarque (1999) e Bandeira (1999), promove uma integração das atividades tais como: econômica, social, política e cultural, as quais, em conjunto, promovem o desenvolvimento.

De acordo com Moraes (2014) nas últimas décadas, de 1980 a 2015, é comum que conceitos como desenvolvimento e crescimento econômico sejam confundidos. Talvez porque o crescimento seja mais fácil de explicar, pois apresenta dados como, por exemplo, o Produto Interno Bruto, enquanto que o desenvolvimento implica uma análise feita a partir de um conjunto de indicadores.

Para Rossi e Martins (2008) um indicador de desenvolvimento é uma medida quantitativa de uma determinada condição da realidade que fornece uma visão sobre os resultados que se pretende analisar. Os dados obtidos, muitas vezes precisam ser complementados de forma qualitativa para que se possa analisar todo o contexto em que o objeto está inserido.

Para medir o desempenho de uma região ou objeto a ser analisado é preciso utilizar indicadores que, segundo Depoint, Eckert e Azambuja (2002), permitem mensurar as modificações nos dados da análise em uma escala de tempo.

O IDH foi lançado pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1990, e segundo Scarpin e Slomski (2007) é a medida mais utilizada para verificar o grau de desenvolvimento de um país. A partir de um conjunto de indicadores são analisadas três dimensões da existência humana sendo: uma vida longa e saudável; o acesso ao

conhecimento e um padrão de vida digno.

As três dimensões são analisadas por indicadores como: esperança de vida ao nascer e as condições de saúde da população; taxas de alfabetização e matrículas e PIB *per capita* (SCARPIN; SLOMSKI, 2007, MORAIS, 2014).

Para Morais (2014) este indicador considera valores mínimos e máximos, estabelecidos em uma escala de zero a um, onde $0 \leq \text{IDH} < 0,5$ representa baixo desenvolvimento humano; $0,5 \leq \text{IDH} < 0,8$ representa médio desenvolvimento Humano e $0,8 \leq \text{IDH} \leq 1$, Alto desenvolvimento humano.

Em meio ao conceito de IDH é desenvolvido o IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Mesmo analisando os mesmo indicadores, o IDHM fornece respostas mais adequadas para avaliar as condições de núcleos sociais menores ou cidades médias (BATELLA; DINIZ, 2006).

Três dimensões compõem o IDHM sendo elas a vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e o padrão de vida. As quais são medidas pelos indicadores de expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem e a renda municipal *per capita* (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2013).

O estudo realizado por Santos e Schindwein (2014) faz uma análise de indicadores de desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil considerando dados como IDH, PIB *per capita*, taxa de alfabetização e acesso a serviços básicos. Os autores concluem nesse estudo, que a região Centro-Oeste apresenta resultados de destaque no cenário nacional, mas que alguns problemas socioeconômicos precisam ser solucionados para se atingir melhorias nos indicadores de desenvolvimento.

Morais (2014) aponta em sua pesquisa na região do Vale do Taquari -RS que, ao analisar relações entre cooperativismo e o desenvolvimento local é possível perceber que esta forma de organização social proporciona ganho de renda, retenção de recursos na área em que atua e uma considerável melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Contribuindo assim, para o desenvolvimento da região e conseqüentemente do IDHM.

2. METODOLOGIA

Como objeto de estudo utilizou-se o Território Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, que abrange uma área de 21.329,50 Km² e é composto por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporá, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Vicentina e Juti, apresentados na Figura 1.

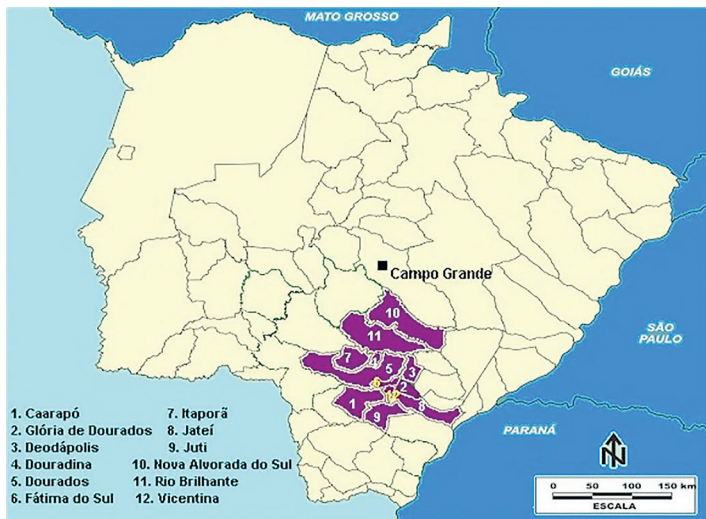


Figura 1. Território da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: BRASIL, 2006.

A população total do território é de 352.056 habitantes, dos quais 54.532 vivem na área rural, o que corresponde a 15,49% do total. Possui 7.337 agricultores familiares, 2.083 famílias assentadas, 2 comunidades quilombolas e 8 terras indígenas (IBGE, 2010).

Há atividades produtivas com uma boa diversificação destacando-se: a prática da pecuária de corte e leite, com numeroso rebanho bovino, avicultura e de suínos. Assim como as culturas de soja, arroz, café, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim e cana-de-açúcar.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, há no Território da Grande Dourados 7.337 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando uma área total de 177.961 ha e 2.914 estabelecimentos não familiares ocupando área de 1.632.174 há (IBGE, 2006).

Neste contexto, as cooperativas contribuem significativamente para o desenvolvimento da região e escoamento da produção agropecuária, que é a atividade de destaque da região. Entre as cooperativas, destacam-se: CERGRAND na atividade de eletricidade Rural; SICREDI na linha de créditos; COAMO e C-VALE com atividades agrícolas, UNIMED na área da saúde, entre outras.

Em termos de método, este estudo enquadra-se como pesquisa exploratória e descritiva com a utilização de dados secundários. Como fontes dos dados secundários destacam-se o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM para a região da Grande Dourados no período de 1991 a 2010 em três parâmetros, 1991, 2000 e 2010. O IDHM é calculado por três instituições, PNUD Brasil, IPEA e Fundação Pinheiro a partir de 2012, utilizando a metodologia do IDH Global e os dados do Censo demográfico IBGE dos anos de 1991, 2000 e 2010, a fim de avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Como fonte de dados sobre o cooperativismo a as cooperativas do estado de Mato Grosso do Sul tem-se a OCB e OCB/MS. Dessa forma esta pesquisa buscou analisar os Índices de Desenvolvimento Humano em municípios que possuem e nos municípios que não possuem cooperativas a fim de avaliar quais apresentam melhores resultados dos índices nas três dimensões.

Para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, três dimensões são consideradas e analisadas nesta pesquisa, sendo Longevidade, Educação e Renda que representam as variáveis de expectativa de vida da população, acesso e permanência nas escolas e a distribuição de renda.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Cooperativismo atua em Mato Grosso do Sul com 91 cooperativas cadastradas na Organização das Cooperativas Brasileiras do estado de Mato Grosso do Sul- OCB/MS, possuindo mais de 124 mil cooperados e empregando mais de 5 mil pessoas em todo estado. Segundo OCB/MS (2012), o estado exportou no ano de 2012 uma soma de 697.773.107 kg de grãos e um total de US\$ 274,2 milhões, apresentando crescimento de 37% quando comparado ao ano de 2011 quando as exportações totalizaram US\$ 199,6 milhões.

A representatividade das organizações cooperativistas do estado de Mato Grosso do Sul no cenário brasileiro é apresentada na Tabela 1, onde é possível perceber a atuação destas nos diferentes ramos da economia, o volume de associados e o número de pessoas que são empregadas no sistema cooperativo.

Tabela 1. Panorama do Cooperativismo no Brasil e no Mato Grosso do Sul em 2012.

| | COOPERATIVAS | | | ASSOCIADOS | | | EMPREGADOS | | |
|-----------------|--------------|----|------------------|------------|---------|------------------|------------|-------|------------------|
| | BRASIL | MS | Participação (%) | BRASIL | MS | Participação (%) | BRASIL | MS | Participação (%) |
| Agropecuário | 1.561 | 47 | 3,01% | 1.006.197 | 13.337 | 1,32% | 164.223 | 3.129 | 1,09% |
| Consumo | 112 | 1 | 0,89% | 2.841.666 | 27 | 0,00% | 11.795 | 8 | 0,06% |
| Crédito | 1.042 | 11 | 1,05% | 5.487.098 | 101.375 | 1,84% | 38.132 | 744 | 1,95% |
| Educacional | 299 | 1 | 0,33% | 60.009 | 20 | 0,03% | 3.893 | 0 | 0,00% |
| Especial | 8 | | | 234 | | | 12 | | |
| Habitacional | 217 | | | 101.288 | | | 1.471 | | |
| Infraestrutura | 129 | 5 | 3,87% | 899.172 | 6.294 | 0,69% | 6.383 | 256 | 4,01% |
| Mineral | 76 | | | 84.855 | | | 216 | | |
| Produção | 241 | 2 | 0,82% | 11.935 | 55 | 0,46% | 3.600 | 1 | 0,02% |
| Saúde | 848 | 14 | 1,65% | 262.943 | 2.336 | 0,88% | 78.291 | 930 | 1,18% |
| Trabalho | 946 | 2 | 0,21% | 178.382 | 556 | 0,31% | 2.329 | 5 | 0,21% |
| Transporte | 1.095 | 7 | 0,63% | 146.783 | 730 | 0,49% | 10.877 | 49 | 0,45% |
| Turismo e Lazer | 29 | 1 | 3,44% | 1.415 | 21 | 1,48% | 245 | 0 | 0,00% |
| TOTAL | 6.603 | 91 | 1,37% | 11.081.977 | 124.751 | 1,12% | 321.467 | 5.122 | 1,59% |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da OCB/MS (2012)

Dentre as 6.603 cooperativas registradas na OCB e atuantes no Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul possui 91, onde o número maior de cooperativas encontra-se no setor agropecuário, seguido pelo setor de crédito e saúde, onde o cooperativismo agropecuário representa 3.01% do total nacional, o de crédito 1.05% e da saúde 1.65% sendo. A Tabela 2 mostra os setores de atuação de maior representatividade para a região estudada.

Tabela 2. Cooperativas na Região da Grande Dourados- MS em 2012

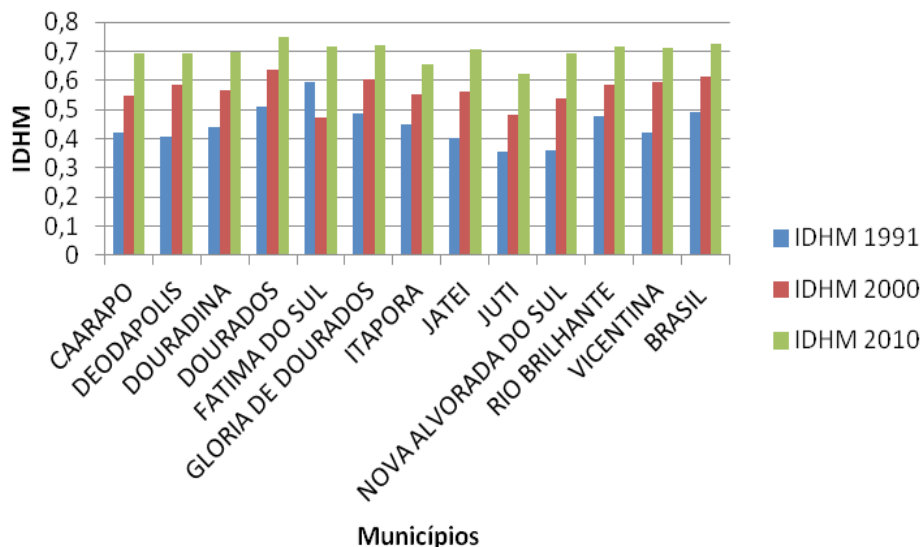
| Cidades da Região da Grande Dourados- MS | Agropecuária | Crédito | Infraestrutura | Saúde | Transporte |
|--|--------------|---------|----------------|-------|------------|
| Caarapó | | | | | |
| Deodápolis | 1 | | | | |
| Douradina | | | | | |
| Dourados | 5 | 3 | 2 | 2 | 2 |
| Fátima do Sul | | | | | |
| Glória de Dourados | 1 | | | | |
| Itaporá | | | | | |
| Jateí | | | | | |
| Juti | | | | | |
| Nova Alvorada do Sul | | | | | |
| Rio Brillhante | 1 | | | | |
| Vicentina | | | | | |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da OCB/MS (2012).

Na região da Grande Dourados encontram-se 17 cooperativas, 18,68% do total instaladas no estado de Mato Grosso do Sul, com maior representatividade do setor agropecuário, com destaque para as cooperativas, LAR, COOPASOL, COPACENTRO e C-VALE. Por ser uma microrregião, mesmo não possuindo cooperativas em todos os municípios, as cooperativas instaladas em Dourados promovem geração de renda e emprego além de movimentar a economia da região acabando por beneficiar direta ou indiretamente os municípios próximos.

Para a pesquisa de desempenho dos municípios com e sem cooperativas, primeiramente analisou-se a evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM, nos anos de 1991, 2000 e 2010, conforme dados disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano, e comparou-se com o índice Nacional, conforme Figura 1.

Figura 1. **IDHM** dos municípios da região da Grande Dourados- MS e do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.

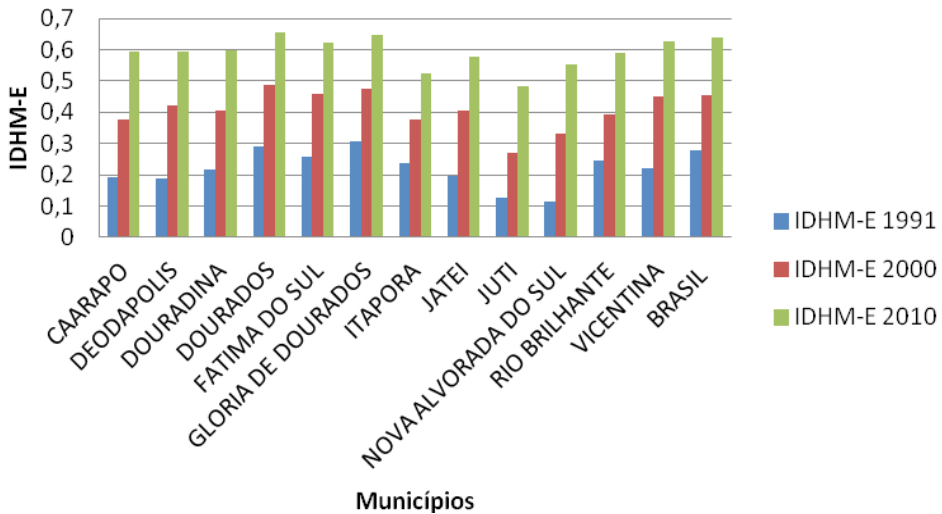


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do IBGE (2010).

Os dados apresentados demonstram que houve um crescimento nos indicadores dos municípios analisados, apontando para melhorias nas condições de bem-estar da população. Entre os resultados destacam-se as cidades de Dourados e Glória de Dourados, ambas com cooperativas agropecuárias em atividade pertencentes ao setor com maior número de cooperados. Estes dois municípios se destacam por possuírem IDHM 0.747 e 0.721 respectivamente, no ano de 2010, próximos do índice estabelecido para o Brasil o de 0.727 no mesmo ano.

A evolução dos dados é contínua desde o ano de 1991, porém com relação ao subíndice Educação - IDHM-E, nenhum município apresentou resultado de alto desenvolvimento humano. Comparados ao IDHM-E Nacional que foi de 0.637 em 2010, todos os municípios apresentam índices considerados médios, como apresentado na Figura 2.

Figura 2. **IDHM – E** Índice Educação dos municípios da Região da Grande Dourados e do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, estado de Mato Grosso do Sul (2013).

O Brasil apresentou em 2010 IDHM-E de 0.637, considerado de valor médio. Ao analisar a Região da Grande Dourados, dois municípios ganham destaque com o valor de IDHM-E maiores que o Nacional, sendo eles Dourados com 0.657 e Glória de Dourados com 0.648, porém, também considerados de valor médio, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013).

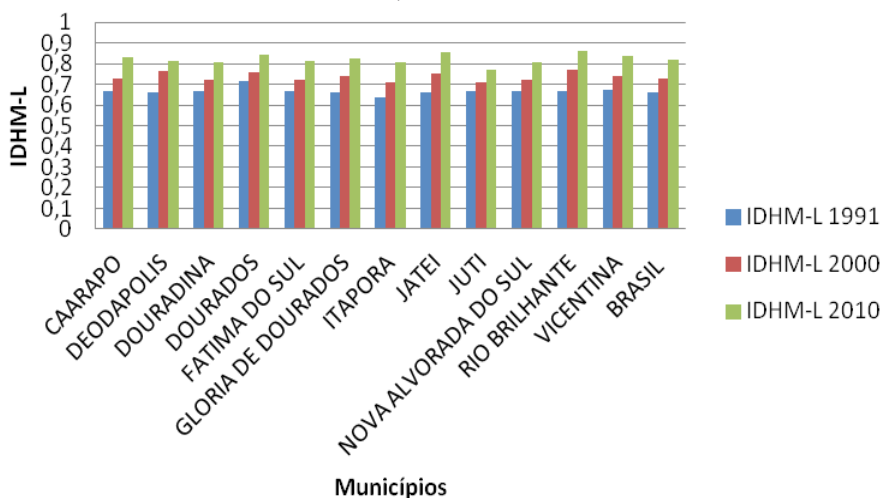
Dourados, sendo a segunda maior cidade do estado segundo o IBGE, (2010), e polo central desta região, apresenta o maior número de universidades quando comparada as demais cidades da região analisada, justificando o melhor índice de IDHM-E e consequentemente beneficiando os municípios mais próximos. Com relação aos municípios com menores estruturas e menor população a presença do cooperativismo auxilia no desenvolvimento do interesse em aprendizado. Estudo como o das autoras Martins e Passador (2009), aponta que no município de São Pedro no estado de São

Paulo, após a instalação da Cooperativa COOPAMSP os cooperados buscaram incentivar mais seus filhos a estudarem e juntos, através do ato cooperativista, buscaram melhores condições de ensino e principalmente de acesso dos alunos às escolas.

A busca por melhores resultados em educação e acesso ao conhecimento é percebida já que os índices no ano 2000 foram menores que 0.5 em todos os municípios, valor considerado baixo, e em 2010 quatro municípios apresentam índices maiores que 0.6 sendo: Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados e Vicentina, representando um médio desenvolvimento humano em educação.

Com relação às variáveis formadoras do subíndice Longevidade - IDHM-L de acordo com os dados de 1991, 2000 e 2010 a Figura 3 demonstra que houve melhorias em cada um dos municípios, sendo que dos doze analisados seis apresentaram índice superior ao Brasil que foi de IDHM-L 0.816, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). No IDHM-L são analisadas variáveis que apontam para acesso à saúde da população, saneamento, criminalidade entre outros.

Figura 3. **IDHM – L** Índice de Longevidade dos municípios da Região da Grande Dourados e do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, estado de Mato Grosso do Sul 2013.

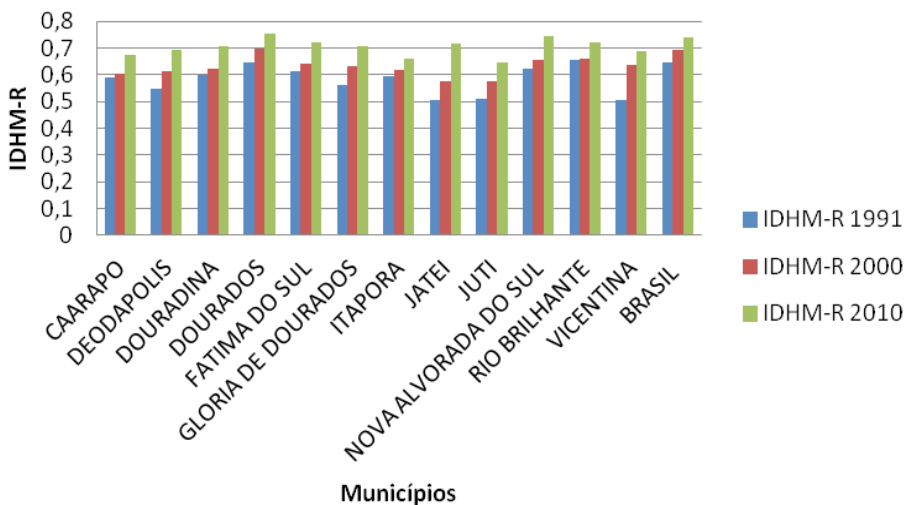
A busca pela melhoria de bem-estar e qualidade de vida é percebida em seis cidades que apresentaram índices superiores a 0.816 em 2010, sendo elas: Caarapó, Dourados, Glória de Dourados, Jateí, Rio Brilhante e Vicentina, todas com a atuação de cooperativas. Os esforços para alcançar melhores resultados em qualidade de vida são claros quando se observa que no ano 2000 todos os municípios apresentavam índices

menores que 0.8 e que em 2010 cerca de seis cidades apresentavam índice maior que o Nacional.

Abreu *et al.* (2008) buscaram analisar de que forma o cooperativismo pode promover inclusão social e desenvolvimento socioeconômico por meio de um estudo de caso no município de Caturité/PB avaliando seus resultados após a atuação cooperativista entre produtores de leite associados na COAPECAL, fundada em 1997. Por meio deste estudo os autores afirmam que o cooperativismo remete a resultados que vão além do âmbito financeiro, promovendo ganhos culturais por meio das atividades em conjunto, como o fato de que a cooperativa estar gerando empregos indiretos, por meio do aumento da produção e necessidade de novos postos de trabalho e assistência técnica. Além de gerar os empregos diretos com os mais de 150 funcionários, melhorando a qualidade de vida dos pecuaristas da região.

Outro dado importante é com relação à renda para que se possa averiguar a real situação de desenvolvimento de uma localidade. A Figura 4 apresenta o IDHM-R dos municípios analisados apontando que apenas dois apresentam índices acima do Brasil, ou seja, maior que 0.739.

Figura 4. **IDHM - Renda** dos municípios da Região da Grande Dourados e do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, estado de Mato Grosso do Sul (2013).

Dourados e Nova Andradina apresentam os maiores índices de IDHM - R comparados ao índice Nacional que foi de 0.739, por terem polos industriais instalados que utilizam da produção agropecuária da região, porém, demonstra que todos

desenvolvem um crescimento a partir do ano de 1991. Os Municípios de Deodópolis, Rio Brilhante e Glória de Dourados que possuem cooperativas em atividade apresentaram crescimento de 18%, 26% e 10% respectivamente de 1991 a 2010.

Outro fator determinante na análise é a condição da renda *per capita* de cada município, conforme apresentado na Tabela 3. Foram analisados os resultados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, nos anos de 1991, 2000 e 2010. Mesmo observando um bom desempenho dos municípios da região da Grande Dourados com relação aos índices de desenvolvimento local, ainda é possível perceber as disparidades entre a menor e maior renda além das implicações que este fator pode ocasionar.

Tabela 3. Renda *per capita* em R\$ dos municípios da Região da Grande Dourados nos anos de 1991, 2000 e 2010.

| CIDADES | RENDA <i>per capita</i> em R\$ | | |
|----------------------|--------------------------------|--------|--------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| CAARAPÓ | 317,58 | 341,75 | 537,01 |
| DEODÁPOLIS | 240,8 | 361,74 | 596,5 |
| DOURADINA | 331,07 | 384,47 | 648,98 |
| DOURADOS | 442,68 | 615,48 | 866,4 |
| FÁTIMA DO SUL | 365,96 | 432,73 | 701,87 |
| GLÓRIA DE DOURADOS | 262,34 | 405,66 | 644,1 |
| ITAPORÁ | 320,74 | 372,58 | 487,51 |
| JATEÍ | 187,69 | 288,97 | 690,71 |
| JUTÍ | 191,76 | 289,72 | 446,17 |
| NOVA ALVORADA DO SUL | 384,42 | 471,28 | 830,08 |
| RIO BRILHANTE | 468,37 | 479,27 | 705,6 |
| VICENTINA | 182,64 | 416,55 | 583,56 |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, estado de Mato Grosso do Sul (2013).

Foi possível perceber que nas cidades de Dourados e Nova Alvorada do Sul os valores da Renda *per capita* tiveram crescimento considerável nos últimos dez anos. O que atribuí para este resultado são fatores como população ativa, que potencializa a renda domiciliar conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Porém, os municípios com atividades de organizações cooperativas apresentaram crescimento considerável a partir de 1991, quando estas organizações passam a atuar na região gerando maior renda local.

Estudos como de Moraes (2014) mostraram que a instalação de organizações com políticas cooperativistas colaboram com o desenvolvimento local e conseqüentemente da região. Em sua pesquisa, analisou os índices de Longevidade, Educação e Renda dos municípios da região do Vale do Taquari no Rio Grande do Sul e a relação dos resultados com a presença do cooperativismo, comprovando que os melhores índices estão em cidades com sedes de cooperativas.

Nos Municípios da Região da Grande Dourados estão instaladas 17 cooperativas sendo que na cidade de Dourados o total é de 14, o que justifica seu destaque como polo central dessa região. Em Dourados encontram-se o maior número de organizações cooperativas da região colaborando com os resultados positivos dos índices do IDHM, como também de renda *per capita*, este com crescimento de 95,72% nas últimas duas décadas, de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013) e IDHM alto 0.747, acima da média para estado 0.72 em 2010.

Os municípios de Rio Brillhante, Deodápolis e Glória de Dourados possuem cooperativas atuantes e apresentaram Índices de Desenvolvimento local satisfatórios com IDHM alto, superior a média do estado além de crescimento considerável nas variáveis: Longevidade, Educação e Renda.

Segundo dados da OCB (2010) nas cinco macrorregiões do Brasil foi constatado que o IDH dos municípios com presença de cooperativas atuantes são consideravelmente maiores que os dos municípios sem a presença de cooperativas, confirmando que a atuação do ato cooperativista promove melhorias e desenvolvimento local, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. IDH e municípios com sede de cooperativas nas macrorregiões do Brasil, 2010.

| IDH e municípios com sede de cooperativas | | | | | | |
|--|-----------|-----------|----------|-----------|----------|---------------|
| | CO | NE | N | SE | S | BRASIL |
| COOPERATIVAS | 650 | 1,718 | 772 | 2,285 | 1,227 | 6,652 |
| % MUNICÍPIOS COM COOPERATIVAS | 29,37 | 30,99 | 36,3 | 32,19 | 31,31 | 31,71 |
| COOPERATIVAS POR MUNICÍPIO | 1,44 | 0,97 | 1,59 | 1,76 | 1,2 | 1,35 |
| IDH DOS MUNICÍPIOS SEM COOPERATIVAS | 0,727 | 0,6 | 0,647 | 0,73 | 0,763 | 0,666 |
| IDH DOS MUNICÍPIOS COM COOPERATIVAS | 0,757 | 0,633 | 0,694 | 0,76 | 0,789 | 0,701 |

Fonte: OCB (2010).

Após análise dos dados é possível perceber uma correlação entre a presença do cooperativismo e o desenvolvimento local. Estas organizações de perfil social proporcionam incremento da renda, retenção de recursos na comunidade em que atuam, propiciando melhoria nos indicadores de qualidade de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento da região e do IDHM, dando ênfase para o critério social e não apenas econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região da Grande Dourados conta com um potencial agrícola, tanto em produção familiar como em grande escala e industrial. É caracterizada como uma região heterogênea com cidades urbanizadas, e outras com maior característica agrícola, gerando uma expectativa futura tanto para cultivo rural como para o crescimento e implantação de indústrias.

Os doze municípios analisados, apresentaram crescimento ao longo das duas décadas nos índices de desenvolvimento local. Destaca-se o IDHM-L onde seis dos doze municípios apresentaram resultados acima do estabelecido para o Brasil 0.816 em 2010 demonstrando que a qualidade e expectativa de vida da população vêm aumentando.

O papel do cooperativismo em promover maior facilidade de negociação, consumo e produção foi percebido nas cidades de Dourados e Nova Alvorada do Sul, onde o IDHM-R ficou acima da média nacional 0.739 em 2010. Ambas com cooperativas atuando em diferentes setores com mais ênfase no setor agropecuário o que incentiva a produção agrícola e geração de renda.

Apenas o IDHM-E dos municípios da Região da Grande Dourados apresentaram índices considerados médios, o que implica em novos estudos enfatizando a necessidade de qualificação da mão de obra futura. Dourados é o segundo município do estado com maior número de cursos de graduação e apresenta um IDHM-E de 0.657, considerado médio desenvolvimento humano, mas que vem apresentando um crescimento médio na última década de 35%, uma média de 3.5% ao ano.

O desenvolvimento pode ser possível por meio do cooperativismo, pois as organizações cooperativistas atuam diferentemente das organizações tradicionais, onde estas centralizam o lucro em apenas poucos atores, as cooperativas operam sob a distribuição de sobras financeiras, com lastro nas cotas partes igualitárias entre os cooperados. Com a maior capilaridade da distribuição dos resultados econômicos, há um ganho de capital por parte de um número maior de pessoas.

DELAI, Ana Paula Dalmagro; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; CHIARIELLO, Caio Luis; SILVA, Luciana Ferreira da. Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise para a região da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul. *ORG & DEMO* (Marília), v17, n.2, p. 115-134, Jul./Dez., 2016.

ABSTRACT: This research aimed to analyze the Human Development Index of the region Grande Dourados in the state of Mato Grosso do Sul and compare the results of municipalities that have cooperative with those who do not have. For this, we used an exploratory research and descriptive based on secondary data from sources such as IBGE, Demographic Census and Atlas of Human Development in Brazil. The results show that in the studied region, municipalities based cooperatives, especially in the agricultural sector, as Dourados, Dourados Glory, Douradina and Rio Brilhante, had higher income and longevity rates compared to municipalities without cooperatives.

KEYWORDS: development, IDHM, cooperative.

REFERÊNCIAS

ABREU, B. S.; BARACUHY NETO, G.M.; ARAUJO, P. S.; BEZERRA, P. T. C.; FERNANDES NETO, S. Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento regional- o exemplo da COAPECAL. *Revista de Geografia*. Recife, v.25, n.3, set./dez. 2008.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 28 mai. 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL 2013. MATO GROSSO DO SUL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/mato-grosso-do-sul. Acesso em: 14 jun. 2015.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais no desenvolvimento regional**. ISSN 1415-4765, Brasília, Fev. 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf. Acesso em: 19 jul. 2015.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. Campina Grande, v. 6, n.. 2, 2006.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: Ica, 1995.

BINOTTO, Erlaine. **Criação de conhecimento em propriedades rurais no Rio Grande do Sul, Brasil e em Queensland, Austrália**. 2005. 268fls Tese. (Doutorado em Agronegócio) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BINOTTO, Erlaine; AKAHOSHI, Wesley Batista. A cooperação nas comunidades de prática e na cooperativa agrícola: características e possíveis relações. **Desafio Online**. Campo Grande, v.1, n. 1, art.1, jan./abr. 2013. Disponível em: www.desafioonline.com.br.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasi**. DENACOOOP em ação. Brasília, DF, 2006. 124 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Cooperativismo**. Brasília, DF: Mapa/SDC/DENACOOOP, 2008.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal**

sustentável. Brasília/DF: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

CHIARIELLO, Caio Luis. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares:** estudo de casos na COCAMAR e COPAVI. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CRUZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

DEPONTI, Cidonea Machado; ECKERT, Córdola; AZAMBUJA, Jose Luiz Bortoli. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v.3, n.4, out./dez 2002.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GAWLAK, A. **Cooperativismo:** primeiras lições. Brasília/DF: SESCOOP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006.** Brasília, DF. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/> Acesso em: 08 ju. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** Brasília, DF. 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/pt/> Acesso em: 08 jun. 2015.

MARTINS, Monica Mendes; PASSADOR, Claudia Souza. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. **Anais.** 47º. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Economia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho, 2009.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; AMODEO, Nora Beatriz Presno; SOUZA, Diego Neves. Cooperativas e Desenvolvimento de Comunidades: promessas e decepções. **Revista de Ciências Humanas.** Viçosa, v. 11, n.1, p. 71-86, jan./jun. 2011.

MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. Cooperação, cooperativismo e desenvolvimento local: uma relação possível? In: XIV SIMGeo- Simpósio de Geografia da UDESC. Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Apresentação Institucional Sistema Cooperativo Brasileiro. Brasília, dez. 2010. Disponível em: www.brasilcooperativo.coop.br Acesso em: 19 jul. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Panorama do Cooperativismo Brasileiro em 2012. Diretrizes de Monitoramento e Desenvolvimento de Cooperativas. Brasília, DF. 2013. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=13837 Acesso em: 14 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Cooperativas Agrícolas-** a chave para reduzir a fome e a pobreza. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cacrfp.asp> Acesso em: 15 jun. 2015.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (OCB/MS). **Censo do cooperativismo sul-mato-grossense 2012.** Campo Grande: SESCOOP/MS, 2012.

ROSSI, G. M.; MARTINS, H. E. P. **Desenvolvimento regional, concentração econômica e indicadores sociais no Brasil**. In: Seminário de Iniciação Científica da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

SANTOS, Ricardo Fernandes; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Análise de indicadores de desenvolvimento da região Centro-Oeste do Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações, v. 12, n. 1, p. 936-946, jan./jul. 2014.

SCARPIN, J. E; SLOMSKI. Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, n. 41, p. 909-933, set./out. 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB) Departamento de Economia Rural. **Soja- Análise da conjuntura agropecuária**. Campo Grande, nov. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja_2013_14.pdf> Acesso em: 15 mai. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v.10, n.30, p. 65-78, un., 2009

SOUZA, Uemerson Rodrigues de; BRAGA, Marcelo José. Diversificação concêntrica na cooperativa agropecuária: um estudo de caso da COMIGO. **Revista Gestão da Produção**. São Carlos, v. 14, n.1, p. 169-179, jan./abr. 2007.

Submetido em: 02-11-2015

Aceito em: 16-05-2016

